

A prática do método comparativo: Américas portuguesa e hispânica

Ronald Raminelli

Universidade Federal Fluminense
rraminelli@uol.com.br

Os estudos de Sérgio Buarque de Holanda e Richard Morse¹ tornaram-se obras clássicas ao buscar analisar as Américas como parte de um todo, com raízes europeias comuns e instituições, por vezes, bem equivalentes. Os autores, porém, não se descuidaram das particularidades, da tradição latina e anglo-saxã, das modernidades e dos arcaísmos. Embora separados por algumas décadas, os livros *Raízes do Brasil* (1936) e *Espelho de Próspero* (1981/1988) promoveram sínteses inspiradoras e capazes de guiar os historiadores e docentes dedicados à História das Américas. Por vezes, superadas, suas teses guiaram várias gerações e ensinaram a não compartimentar as análises sobre as Américas portuguesa e hispânica, ibero-americana e anglo-saxã. O maior ensinamento é recorrer aos contrastes e similitudes para delimitar um problema histórico, ou seja, sua maior contribuição é metodológica. De fato, somente conhecemos os nossos objetos quando comparamos; sem relativizar as nossas certezas não seguimos em frente, permanecemos a repetir estereótipos criados e perpetuados por nossos antecessores.

Os pares de opostos, como ladrilhador e sementeiro, hoje são considerados superados, incapazes de representar a complexidade da colonização espanhola e portuguesa. Entretanto entendo que a abordagem de Sérgio Buarque é fonte de inspiração de fecundas investigações no âmbito da administração, cultura e economia. Nos últimos anos, os ensaios do professor Sérgio foram colocados à prova por pesquisas respaldadas em documentação de largo espectro e, em grande parte, foram refutados, mas a sua metodologia, a lógica de promover contrastes entre espaços e culturas diferentes e iguais, ainda são incrivelmente inovadoras. Aliás, o método tem a grande vantagem de superar as abordagens excessivamente nacionalistas ou regionalistas. Entre nossos estudiosos, as pesquisas dedicadas a estados/províncias/capitanias, às regiões, cidades e aos bairros tiveram grande aceitação. O apego ao regional por certo nos permitiu analisar e entender os particularismos, mas dificultou

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; MORSE, Richard. *Espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

as grandes sínteses. A história do Brasil tornou-se então uma grande colcha de retalhos, ilhas de histórias, incapazes de articulação, bastante frágeis quando se pensa que os regionalismos jamais estiveram compartimentados no passado.

Embora Holanda e Morse contribuíssem para as minhas reflexões sobre a história da América e do Brasil em particular, reconheço que a influência do método comparativo em minhas pesquisas remonta a algumas leituras que não tratavam da história da América.

Ao iniciar o mestrado, tive a oportunidade de frequentar as bibliotecas da Universidade de São Paulo e encontrar o tão comentado e raro livro de Marc Bloch, *Les rois thaumaturges* (1924). Na antiga biblioteca do prédio da História e Geografia, existia um exemplar bem empoeirado e gasto pelo tempo, editado em 1961 pela Armand Colin.² A visita às bibliotecas fazia parte das andanças pela USP que me permitiram o mapeamento do acervo e a localização de livros e revistas a serem desbravados durante o mestrado. Era março de 1988, quando ingressei na grande universidade paulista e me tornei o primeiro aluno de mestrado de Laura de Mello e Souza.

A morosa leitura da obra de Marc Bloch se fazia concomitante com o curso ministrado pelas professoras Eunice Ribeiro Durhan e Manuela Carneiro da Cunha: "Teorias Antropológicas Clássicas". Sem saber, previamente, da coincidência, as aulas e a bibliografia, sobretudo as reflexões sobre Marcel Mauss e Emile Durkheim, fizeram-me entender com mais profundidade os escritos de Bloch. Vale, porém, alertar que o livro sobre o poder de cura dos reis franceses e ingleses não constava da pauta das afamadas antropólogas. Mas, depois de ler e me encantar com suas obras, *Introdução à História e Sociedade Feudal*,³ tinha enorme curiosidade de conhecer o primeiro trabalho de Marc Bloch.

Os escritos de Bloch me ensinaram a não compartimentar o âmbito religioso, político e social. Foi assim que o historiador francês rompeu com a tradição historiográfica oitocentista, com os limites da história fatural, dos nomes e das datas, dos reis e heróis. Aliás, ele elegeu ritos e milagres para analisar a consolidação do poder dos reis da França e da Inglaterra. Talvez, ironicamente, tenha escolhido uma credence popular para analisar um tema tão caro à escola metódica,⁴ historiadores que pretendiam forjar a nação francesa baseados em grandes personagens históricos.

As reflexões de Bloch originavam-se do método sociológico, da sociologia francesa de Émile Durkheim. Ele defendeu que as características comuns a diferentes sociedades pressupõem pontos de intercessão no passado, por vezes, muito distante; ou como salientou o sociólogo:

[...] se desejarmos empregar o método comparativo de maneira científica, isto é, conformando-nos com o princípio da causalidade tal que se

² BLOCH, Marc. *Les rois thaumaturges*. Paris: Armand Colin, 1961.

³ BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987; *Id. Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1979.

⁴ BOURDÉ, Guy et MARTIN, Hervé. *Les Écoles historiques*, Paris: Seuil, 1997. p. 188-189.

desprende da própria ciência, deveremos tomar por base das comparações que instituímos a seguinte proposição: a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa.⁵

Nas primeiras décadas do século XX, o coletivo passou a constituir o alvo de vários estudos, em detrimento dos particularismos do indivíduo. Em Durkheim, a ideia de “consciente coletivo” considerava as atitudes humanas como determinadas pelo grupo, e os indivíduos subordinados às sociedades. Com essa preocupação, desenvolveu-se a sociologia que tentava relacionar as representações coletivas e as condutas individuais à realidade social. Os sociólogos pretendiam, por conseguinte, explicar o coletivo e o particular por intermédio da organização da sociedade.⁶ Em *Os reis taumaturgos*, como Le Goff bem salientou, Bloch empregou algumas expressões para ressaltar e explicar a existência de fatos sociais, tradições, ritos e mitos comuns à França e à Inglaterra. Os fenômenos comuns são denominados de “ideias coletivas”, “representações coletivas” ou “imaginação comum”, entre outras.⁷ As expressões revelavam então os elementos comuns às diferentes sociedades, capazes de sustentar a comparação.⁸

De fato, à época, mesmo após 60 anos de sua publicação, o estudo era uma grande novidade para os circuitos acadêmicos europeus e norte-americanos, pois veio a público a nova edição francesa, em 1983, com o erudito prefácio de Jacques Le Goff e o prestígio da editora Gallimard.⁹ A abordagem metodológica da pesquisa dedicada aos reis taumaturgos me influenciou no momento de redigir a dissertação de mestrado, pois eu tencionava, a partir das denúncias e confissões ao Santo Ofício, vislumbrar a estrutura social dos núcleos urbanos das capitanias da Bahia e de Pernambuco na virada dos séculos XVI e XVII.¹⁰ Buscando evidência a contrapelo, empregava documentos criados pela Inquisição, as confissões e denúncias, para explorar as hierarquias sociais e os embates políticos¹¹.

Também seguindo os ensinamentos de Bloch, diferentemente de muitos colegas, não escolhi uma região para realizar minhas pesquisas. Desde o mestrado, jamais me debruicei

⁵ DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976. p. 112.

⁶ LÉVI-STRAUSS, C. La sociologia francesa. In: GURVITCH, G. e MOORE, W. E. (Orgs.). *La sociologia del siglo XX*. Barcelona: Ateneo, 1965. v. 2, p. 12-23. Lucien Febvre também emprega o conceito de “consciente coletivo” e muitas vezes o confunde com a ideia de mentalidade. Sobre o assunto, ver: RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre e os limites da interdisciplinaridade. In: PAZ, Francisco M. (Org.). *As aventuras do pensamento*. Curitiba: Editora da UFPR, 1993. p. 203-219.

⁷ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 28.

⁸ Vale alertar que: “[...] os universos a serem comparados nas ciências humanas são sempre de algum modo construções dos próprios historiadores ou do cientista social”. BARROS, José d’Assunção. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, 13: 7-21, 2007. p. 13.

⁹ BLOCH, Marc. *Les rois thaumaturges*. Paris: Gallimard, 1983. A primeira edição inglesa veio a público na década anterior: *The royal touch; sacred monarchy and scrofula in England and France*. Londres: Routledge & K. Paul, 1973. [Trad. J. E. Anderson].

¹⁰ Defendida em 1990, a dissertação de mestrado não foi publicada. Dessa pesquisa, somente dois artigos vieram a público: RAMINELLI, R. J. Fronteiras da Cristandade. *História. Questões e Debates*, Curitiba, v. 22/23, p. 151-178, 1991; *Id.* Da vila ao sertão - os mamelucos como agentes da colonização. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 130, p. 209-219, 1994.

¹¹ RAMINELLI, Ronald. *Tempo de visitas; cultura e sociedade em Pernambuco e Bahia: 1591-1620*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

sobre a geografia – uma capitania, uma cidade – para delimitar temas de pesquisa. Por isso me lancei em uma comparação entre as visitas da Bahia e de Pernambuco entre 1591 e 1620. Era, então, o segundo ensinamento apreendido com base no estudo sobre os reis taumaturgos. As vantagens da comparação, dos contrastes e das similitudes ficavam evidentes no momento de delimitar questionamentos, de criar objetivos para a investigação. Depois de levantar os dados de Pernambuco e da Bahia, era o momento de contrastar resultados, atentar para as semelhanças, mas sobretudo explicar as diferenças. Somente a partir desse recurso metodológico era possível entender como os inquisidores agiram na Bahia e em Pernambuco. O método comparativo era instrumento seguro para particularizar os objetos de estudos. Entre sociedades vizinhas, alertava Bloch, algumas vezes os fatos análogos são produzidos por forças únicas, fossem semelhantes ou fossem influenciadas mutuamente. Apenas recorrendo ao método se evitam os regionalismos, as falsas idiosincrasias da história regional. Por essa razão, o método comparativo torna-se tão produtivo.¹²

Em suma, os ensinamentos de Durkheim e Bloch foram essenciais para analisar as visitas do Santo Ofício ao Brasil. As leituras me incentivaram a comparar as visitas e a analisar a estrutura social com base em atos religiosos. Em pequenas comunidades como Salvador e Olinda quinhentistas, as denúncias e confissões não eram somente defesas da ortodoxia católica, estavam também recheadas de rivalidades e conflitos políticos e econômicos.

Logo após a defesa de mestrado, ocorrida em dezembro de 1990, a convite de Ronaldo Vainfas, escrevi um importante artigo sobre as vilas e cidades coloniais. Nesse trabalho, encontram-se vários temas que desenvolvi no doutorado. Intitulado *Simbolismos do espaço urbano colonial*,¹³ o artigo reúne vários dados coletados nas fontes inquisitoriais, nos relatos de viajantes e na bibliografia que serviram de suporte à dissertação de mestrado. Travei ali diálogo direto com Sérgio Buarque de Holanda e me inspirei, igualmente, na produção historiográfica sobre as cidades da América hispânica para pensar o meio urbano da América portuguesa. A comparação não segue os ensinamentos de Marc Bloch, mas busca analisar o material empírico do Brasil colonial a partir de temas clássicos da história latino-americana colonial. Nesse sentido, escrevi que as Américas estavam submetidas à espada e à cruz, Estado e Igreja unidos em nome da colonização.

A historiografia sobre a América Colonial fornece, por conseguinte, subsídios preciosos para se repensar os estudos sobre as vilas coloniais do Brasil, contribuindo para retomar algumas teses já clássicas no meio acadêmico.¹⁴

O espaço urbano colonial recebeu atenção de vários historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Nelson Omegna e Tales de Azevedo. Em geral, os estudiosos

¹² BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de synthèse historique*, 46: 15-50, 1928. p. 20. Vale mencionar o estudo sobre o método comparativo de SEWELL, William H. Marc Bloch and the logic of Comparative History. *History and Theory*, v. 6 (2): 208-218, 1967.

¹³ RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. VAINFAS, R. (Org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 163-175.

¹⁴ RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço ... p. 164.

conceberam as vilas como meros aparelhos administrativos, meio caminho entre os engenhos e os centros europeus de comércio do açúcar, dependentes da economia rural. Eram o habitat de burocratas, artesãos e desocupados e se tornavam mais movimentados na época da moagem da cana, anualmente, entre os meses de junho e julho. Nesse período, os senhores de engenho e plantadores passavam a residir, com seus familiares e criados, nos núcleos urbanos onde passavam o Corpus Christi e as festas juninas.¹⁵ Para contrapor essa visão, tentei comprovar que o predomínio rural na economia não promoveu a atrofia total do urbano. As vilas tinham seus simbolismos, sobretudo religiosos e políticos. Eram ainda espaços de trocas comerciais, vida religiosa e disputas políticas entre os nobres da terra. Por fim, as forças militares estacionadas nas vilas e mantidas pelas câmaras tornaram-se indispensáveis ao controle das áreas coloniais. De lá partiam as forças para controlar as comunidades indígenas e as fronteiras e para afugentar as ameaças invasoras de holandeses e franceses.

Na iconografia europeia, entre os séculos XVI e XVII, as vilas coloniais estavam povoadas de fortificações, prédios urbanos, igrejas, mosteiros e conventos, não raro, nomeados em legendas na parte inferior da gravura. Usando imagens, procurei demonstrar que a cidade, embora fosse dependente da economia rural, desenvolveu outras vocações, como as administrativas, políticas, religiosas e culturais. Inspirado nos estudos hispânicos sobre cidades, refutei a interpretação demasiadamente economicista dos historiadores acima mencionados. Para além dessa crítica, a grande inovação do artigo estava no emprego da imagem para explicar o passado.

As gravuras europeias atuavam como mapas que poderiam guiar os invasores pelo território. Demostravam enorme cuidado na localização das construções administrativas, religiosas e militares. Para analisar as gravuras, recorria às fontes administrativas e aos relatos de viagem, cruzamento capaz de fornecer nova explicação sobre o funcionamento dos núcleos urbanos. Em suma, neste artigo, avanço em três frentes: a comparação entre as Américas portuguesa e hispânica; análises pautadas na confluência entre a economia, sociedade e cultura; emprego da imagem como fonte histórica.

O método comparativo também se encontra no livro *Imagens da colonização* que trata das representações do índio, escritas e gráficas, entre os séculos XVI e XVII.¹⁶ Retomando os ensinamentos de Bloch, procurei analisar não somente as imagens dos tupis e “tapuios”, mas também de diferentes etnias radicadas na América espanhola. Fossem gravuras francesas, holandesas, italianas, alemães ou inglesas, os cânones artísticos e teológicos pouco diferiam no momento de descrever os povos do Novo Mundo. Sem sombra de dúvidas, as “representações coletivas” europeias da reforma e contrarreforma determinaram as narrativas e as figurações. Nas imagens sobre os americanos, encontram-se a tradição escolástica, as

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. p. 41 e p. 57-58; ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial, 1500-1800*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia, 1934. p. 78; OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: Ebrasa, 1971. p. 14; AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade de Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p. 152.

¹⁶ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar, Edusp, Fapesp, 1996.

disputas religiosas entre católicos e protestantes, a caça às bruxas e os dilemas provocados pela conquista.

Para além de identificar um substrato cultural comum, o livro traça um contraponto entre as imagens produzidas pelos jesuítas e pelos demais colonizadores. Os inicianos estavam imbuídos do desejo de livrar os índios da escravidão, pois o cativo os afastava da conversão e da vida cristã. A defesa da Companhia de Jesus impunha abandono das antigas tradições locais, da nudez, poligamia e do canibalismo. De todo modo, o esforço dos padres não inviabilizou o emprego dos nativos como força motriz dos primeiros estabelecimentos coloniais, nas lavouras, na expansão das áreas coloniais e nas guerras contra as tribos que enfrentavam os portugueses. Embora fossem livres, nas propriedades jesuíticas, os braços, não raro, eram indígenas. Por vezes, os religiosos pouco se diferiam dos seculares quando representavam os nativos como bárbaros, embora os jesuítas considerassem que a conversão era mecanismo seguro para os livrar do barbarismo. Ao contrário dos religiosos, os colonizadores buscavam respaldo para impedir a inserção dos índios na cristandade, pois eram seres brutos e incapazes de se tornar católicos. Para tanto, reforçavam a necessidade de escravizá-los, enquanto os sacerdotes procuravam representá-los como gentios, cristãos em potencial, pois, do contrário, a catequese estava ameaçada.

No livro, enfim, investi em duas perspectivas de análises. A primeira perspectiva buscava analisar os diversos testemunhos que percorreram a América portuguesa e descreveram os tupis; fossem huguenotes, luteranos ou católicos, religiosos ou homens de armas. Tal abordagem me permitia conhecer as diversas representações dos índios e as variações de estereótipos da tradição ocidental. A segunda, analisava os ameríndios e seus diferentes estágios da evolução, segundo a tradição escolástica. As representações sobre a etnia tupi ganharam mais significado ao compará-las às etnias arauaque, araucana, caribe, mocho, mexica e inca. Enquanto os ameríndios da costa do Brasil viviam nus, eram nômades, sobreviviam da caça e da pesca, não tinham rei, lei e fé, a nobreza asteca escrevia em nautl, latim e espanhol e colecionava livros. A elite mexica, não raro, pautava seu comportamento nas normas cristãs e frequentava as universidades da Nova Espanha. As fontes documentais espanholas, lidas a partir de estudos de Anthony Padgen e demais americanistas,¹⁷ permitiram-me entender que a humanidade e, em particular, os índios eram classificados segundo o princípio evolutivo – dos povos nômades e sem escritas aos cristãos europeus. Somente a perspectiva comparativa me fez entender o lugar dos tupis no imaginário cristão quinhentista e seiscentista.

Nos últimos anos, investiguei a formação da nobreza do Novo Mundo e aí o método comparativo tornou-se fundamental para ampliar meus horizontes. Segui mais uma vez os ensinamentos do mestre Marc Bloch e passei a comparar as nobrezas no Brasil, na Nova

¹⁷ Sobre debates quinhentistas em torno da conversão, ver: *Cartas dos jesuítas do Oriente e do Brasil 1549-1551*. Edição facsimilada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1993; RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar/Fapesp/Edusp, 1996; PADGEN Anthony. *The fall of natural man*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. HANKE, Lewis. *The Spanish struggle for justice in the conquest of America*. Boston: Brown & Co., 1965.

Espanha e no Peru. Era crucial fazer leitura sobre a nobreza ibérica e o modo como a tradição nobiliárquica se consolidou na América. Por certo, não seria viável perseguir o tema em arquivos documentais portugueses, espanhóis, peruanos e mexicanos.¹⁸ Para contornar as limitações, busquei investigar em acervos manuscritos somente a documentação referente ao Brasil, tema central da nova investigação. A fim de me inteirar da produção bibliográfica do mundo castelhano, recorri tanto à vasta bibliografia como também a séries documentais publicadas, sobretudo ao amplo compêndio de Lohmann Villena¹⁹.

Analisei os estudos espanhóis dedicados à nobreza seiscentista e setecentista. Entre os objetivos estavam avaliar as condições para tornar-se nobre – limpeza de sangue, linhagem, honra, prestígio, privilégios e fortuna – e verificar as diferenças entre nobreza de sangue e nobreza política, ou seja, as possibilidades de ascensão social no Antigo Regime²⁰. Aliás, à época, no mundo ibérico, ainda não funcionava um sistema pleno de classes sociais, tampouco se preservava a ordem estamental. De todo modo, o ideal de nobreza ainda estava estribado na linhagem, na tradição, nos serviços prestados pelos antepassados à monarquia. Mesmo com o crescimento do comércio, enriquecimento e fortalecimento político da burguesia, valiam ainda padrões tradicionais de nobreza para classificação social. Esses princípios se tornaram mais robustos com a difusão, em meados do século XVI, da ideia de pureza de sangue e das “provanças” para determinar a origem das famílias e de seus descendentes. A nobreza, por conseguinte, não se pautava apenas nos serviços e lealdades dos antepassados, mas também na riqueza e pureza de sangue. Não eram admitidos na nobreza indivíduos descendentes de judeus, mouros ou gentios, nem de origem humilde.

Por outro lado, o fortalecimento da monarquia e do poder régio estava estribado na expansão militar, nas guerras e nas conquistas de povos e territórios. Na época moderna, o monarca devia contar com leais militares nem sempre oriundos da nobreza de linhagem.

Consolidaram-se então dois tipos de nobreza: a nobreza de sangue ou tradicional e a nobreza de serviço ou política. Membros do segundo grupo tornavam-se nobres devido ao reconhecimento régio de seu valor, ou seja, eram plebeus que lutavam pelo rei, recebiam

¹⁸ Alguns estudos espanhóis foram fundamentais para realizar esta comparação: PÉREZ LÉON, Jorge. *Hidalgos indianos ante la Real Chancillería de Valladolid. El caso peruano en época de los Borbones*. Valladolid, 2012. Tese (Doutorado em História). Universidad de Valladolid, Valladolid, 2012; PONCE LEIVA, Pilar. *Elite local y cabildo de Quito, siglo XVII*. Tese (Doutorado em História). Departamento de Historia de América 1, Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1996; POSTIGO CASTELLANOS, Elena. *Honor y privilegio en la Corona de Castilla*. Madrid: Junta de Castilla y Leon, 1988; RIZO-PATRÓN BOYLAN, Paul. *Linaje, dote y poder, la nobleza de Lima de 1700 a 1850*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000; GUILLÉN BERRENDERO José Antonio *Los mecanismos del honor y la nobleza en Castilla y Portugal, 1556-1621*. Tese (Doutorado). Universidad Complutense, Madrid, 2008; FELICES DE LA FUENTE, María del Mar. *La nueva nobleza titulada de España y América en siglo XVIII (1701-1746)*. Almería: Editorial Universidad de Almería, 2012.

¹⁹ Entre os compêndios documentais, ver: LOHMANN VILLENA, Guillermo, *Los Americanos en las ordenes nobiliarias*. Madrid: CSIC, 1993. 2vs.; LUQUE TALAVÁN, Miguel. *Bibliografía española de genealogía, heráldica, nobiliaria y derecho nobiliario en Iberoamérica y Filipinas (1900-1997)*. Madrid: Fundação Histórica Tavera, 1999.

²⁰ Os tratados de nobreza empregados na pesquisa: COSTA, Antônio Pinho da. *A verdadeira nobreza*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655; OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806; VERA, Álvaro Ferreira de. *Origem da nobreza política (1631)*. Lisboa: Livro Aberto, 2005.

privilégios e passavam a viver como se nobres fossem. A ascensão social era promulgada por carta régia ou alvará, era uma vontade do monarca. Nesse grupo, destacavam-se os militares que serviam ao monarca em busca de mercês como: títulos de cavaleiro, patentes militares, cargos, ou melhor, os privilégios da nobreza. Assim, os militares aumentavam as fileiras da baixa e média nobreza.

Desde os anos 1960, os historiadores espanhóis se dedicam à complexa noção de nobreza e de grupos sociais no Antigo Regime. Inicialmente, menciono o clássico estudo de Antonio Domínguez Ortiz, maior modernista espanhol, preocupado em demonstrar a enorme diversidade social da nobreza. A nobreza espanhola é considerada uma "nebulosa social", com delimitações ainda pouco nítidas. Destaca-se aí a criação, no século XVII, do estatuto de Grandeza, capaz de marcar a diferença entre senhores, cavaleiros, fidalgos e demais segmentos da nobreza. No transcurso desse século, as diferenças se acentuaram, pois ocorreu claramente a fissura entre nobres e grandes. Desde então, a média e a baixa nobreza se mesclavam às classes médias ou mesmo se proletarizavam. O ponto de referência destas importantes reflexões se encontra na obra de Domínguez Ortiz, *Las clases privilegiadas en la España de Antiguo Régimen*, publicada em 1963.²¹ Sua grande contribuição foi demonstrar a heterogeneidade do grupo, ou seja, a separação entre os grandes e os seis setores da nobreza (em ordem crescente de prestígio: *situaciones prenobiliarias; hidalgos; caballeros; caballeros de hábitos y comendas; señores y vassalos; títulos*).

Em Portugal, conforme Nuno Gonçalo Monteiro,²² esse contingente teve enorme crescimento a partir de 1640, época da restauração monárquica e da guerra contra a Espanha. Em compensação, a alta nobreza portuguesa teve seu contingente reduzido. Por certo, em toda a Península Ibérica ocorreu a ampliação da baixa e média nobreza, pois representavam a força do monarca, ou seja, as novas alianças que sustentavam o monarca nos campos de guerra, sobretudo nos conflitos no ultramar. Lá a nobreza de sangue não estava disposta a colocar em risco a sua pele. Os militares, leais vassalos do rei, enfrentavam franceses, ingleses e holandeses nas Índias orientais e ocidentais, combatendo índios e africanos, gentios e hereges.

Em suma, no mundo ibérico, muitos soldados e oficiais enfrentaram, nos campos de batalha, emboscadas, sede, fome e mutilações em busca da honra. Depois de atestados os serviços, recebiam a esperada remuneração, as graças concedidas pela monarquia. Os "soldados da fortuna" viam no campo de batalha a oportunidade de atuar como nobres, desempenhar a mesma profissão dos homens, que, guiados pelos soberanos de Castela e Portugal, baniram da península os muçulmanos. A guerra, portanto, alterava bastante a hierarquia social das sociedades ibéricas.

Os combates permitiram aos plebeus alcançar honrarias somente atribuídas aos nobres.

²¹ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en la España del Antiguo Régimen*. Madrid: Istmo, 1973.

²² MONTEIRO, Nuno Gonçalves. *O crepúsculo dos grandes*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

No Velho Mundo, quando as fronteiras monárquicas estavam indefinidas e os perigos ainda rondavam as vilas e os campos sob domínio cristão, a nobreza continuava a vincular sua existência às armas. Assim, no calor dos combates, nos períodos de guerra antes de consolidar a monarquia, guerreiros e nobres se confundiam. Depois da paz interna e da modernização dos exércitos, a nobreza paulatinamente se afastou de sua profissão de armas, para se distinguir pela linhagem. Sua habilidade para eliminar os inimigos se arrefeceu e, desde então, passou a negociar postos na administração e tramar a política na Corte, ou seja, nem sempre o sangue determinou a nobreza, conforme propõe Ellery Schalk.²³ Inicialmente, essa classe se destacava pelo bom manuseio da espada, pela sua habilidade militar, somente depois se valorizou a linhagem, os serviços prestados e a lealdade dos antepassados.

No Brasil colonial, existiu, por mais de três séculos, uma sociedade dividida em ordens. Além de escravos, aí conviviam militares (senhores de engenho, pequenos e grandes proprietários), religiosos e trabalhadores livres. Os privilégios e as imunidades eram graças concedidas pelo rei a seus principais aliados, sobretudo aos militares. Essa honra era destinada a uns poucos indivíduos, nobres e fidalgos. Os fidalgos originavam-se dos antigos aliados militares do rei, por isso recebiam alguma renda, cargos e imunidades. Ao contrário da fidalguia, os nobres não contavam com antepassados ilustres para garantir seus privilégios. Devido a seus serviços militares, esses homens obtinham, individualmente, ascensão social garantida pela monarquia.

Para se tornarem nobres, os plebeus podiam recorrer a duas estratégias. Inicialmente, a meta era tornarem-se valentes guerreiros, reconhecidos como tais pelo rei, para receber o foro de fidalgo ou o título de cavaleiro de uma ordem militar, segundo Cleonir de Albuquerque.²⁴ Interessados em obter honra e privilégios, os súditos podiam também ingressar na Universidade de Coimbra e receber o título de bacharel em leis ou em cânones. Com essa formação, eles pleiteavam um posto na magistratura e tornavam-se nobreza política. Enfim, os fidalgos eram honrados pelo sangue de seus antepassados, que outrora prestaram serviços militares e administrativos ao rei, enquanto os nobres eram recém-condecorados com as benesses da monarquia.

Tanto fidalgos quanto nobres desfrutavam de leis especiais: eram julgados por seus pares, não recebiam punição pública, contavam, ainda, com pensões e isenções de impostos e mercês, que eram desfrutadas com mais intensidade pela fidalguia. No Brasil, nem sempre os primeiros colonizadores dispunham de prestígio para receber os benefícios concedidos pelo rei. Quando não eram mamelucos e mulatos, os homens bons da terra se originavam de antigas cepas judias ou cristãs-novas. Caso tivessem origem humilde ou antepassados judeus, negros ou indígenas, em princípio, não podiam tornar-se nobres.²⁵

No entanto, a Coroa necessitava condecorar seus principais aliados, por isso, às vezes,

²³ SCHALK, Ellery. *L'épée et le sang*. Paris, Champ Vallon, 1996.

²⁴ ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços da guerra holandesa*. Recife: UFPE, 1968.

²⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. [Trad.]. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 222.

invalidava esses impedimentos. Assim sendo, a rigidez hierárquica da sociedade portuguesa inexistia no Brasil, razão esta que servia para acirrar a busca individual por privilégios. Em princípio, a ascensão social era viável a todos que contribuíssem com a proteção dos domínios da Coroa. Caso demonstrassem tino militar, indivíduos de origem humilde passavam a reunir condições para se tornarem parte da nobreza. Enfim, desde o início da colonização, a busca individual por privilégios era muito difundida por aqui. Como estratégia para ampliar as tropas e reforçar a proteção de sua colônia, a Coroa portuguesa prometia a seus aliados postos e honrarias, dadas nem sempre desfrutadas pelos leais súditos.

Na Espanha, como salientou Enrique Soria Mesa, a riqueza não permitia apenas a compra de cargos e títulos, mas também o recurso fraudulento de obter falsas genealogias.²⁶ Ao fundir uma família à linhagem ilustre, permitia-se o reconhecimento da nobreza e da honra equivalente. Vale também mencionar que as funções militares e o exercício de cargos na administração, por vezes, somavam-se à fraude genealógica, concedendo à ficção dose de realidade ainda maior. Decerto, os estudos avançaram e ficou ainda mais evidente o quão promissor foi o caminho inaugurado por Domínguez Ortiz. Embora existissem dezenas de tratados de nobreza, não havia leis capazes de impor a hierarquia entre os nobres. Ao tratar da Espanha moderna, Soria Mesa considerou a sociedade peninsular como "universo estamental tendencialmente clasista". A riqueza atuava como potente promotor de ascensão social na Espanha e na América espanhola, onde era possível comprar títulos e cargos em diversas instâncias da administração.

Em Portugal e na América portuguesa, o capital não atuava da mesma forma, mas era a condição necessária para "viver ao modo a nobreza". A partir do período pombalino, era possível, por meio da compra de ações das Companhias Privilegiadas, receber o perdão régio para o defeito mecânico. Afastados da nobreza, militares, comerciantes e mineiros trataram de educar seus filhos em Coimbra para que eles ingressassem na magistratura e, em seguida, atuassem no reino e no ultramar como nobreza política. Vale, por fim, mencionar que a crise da ordem estamental promoveu a ruína dos estatutos de limpeza de sangue e a diferença entre cristãos-velhos e novos, condição primeira para atuar em instituições e cargos da nobreza. Essa ruptura ocorreu em tempos diferentes em Portugal e em Espanha e seus respectivos ultramares. Em suma, as reflexões dos historiadores espanhóis servem bem para aprofundar minha análise sobre a sociedade colonial do Brasil.

Finalizado em julho de 2014, o livro *Nobrezas do Novo Mundo*²⁷ sintetiza e aprofunda os estudos realizados e publicados nos últimos cinco anos. Nele, o método comparativo é amplamente empregado em duas oportunidades, nos capítulos dedicados à nobreza ultramarina e às chefias indígenas condecoradas com títulos de cavaleiro das Ordens Militares. Segui, aqui, mais uma vez, os ensinamentos de Marc Bloch, mencionados no início deste depoimento.

²⁶ SORIA MESA, Enrique. *La nobleza en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007. p. 18, p. 38-39.

²⁷ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo*. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

Nas últimas décadas, os estudiosos do Antigo Regime têm empregado, com muita frequência, o conceito de elites para analisar não apenas os indivíduos cujo prestígio se respaldava na tradição, mas também aqueles que se tornavam poderosos devido ao acúmulo de riqueza. Aliás, a grande vantagem do conceito é sua flexibilidade que obriga o pesquisador a trabalhar com as diversas dimensões da realidade. Assim, independentemente do espaço ou da escala de seu domínio, os estudos das elites devem abordar os seguintes âmbitos: o econômico (o patrimônio e as rendas), o político (os cargos e o poder institucional), o jurídico (o pertencimento ou não à nobreza) e o social (redes clientelares, honra e prestígio).

Como muito bem salientou Molina Puche, o emprego de tal conceito analítico requer um estudo pluridimensional que investigue, de fato, “la jerarquización social de la época estudiada, pues no se trata de analizar a un grupo social homogéneo, definido por una sola categoría uniformizadora”, mas um grupo com qualidades e características sociais bastante distintas. Embora sustentadas por diferentes dimensões, as elites ocupam o vértice da sociedade e detêm os meios necessários para alcançar e manter a preeminência social.²⁸

O primeiro objetivo do livro é realizar comparações entre as nobrezas do Brasil, Nova Espanha e Peru. Parte-se do princípio de que a primeira nobreza (titulada) não era moradora do Brasil, mas se encontrava com mais frequência no vice-reino do Peru. Pelo testemunho do príncipe e vice-rei, dom Carmine Nicoló Caracciolo, residia em Lima um número considerável de nobres titulados. Em nenhuma outra cidade do Novo Mundo existia nobiliarquia tão prestigiosa. Lá havia dezessete marqueses e dez condes – títulos concebidos pelos reis de Castela –, grupo que se somava a outros tantos e totalizavam 31 títulos.

Responsável pelo levantamento, Caracciolo registrou os dados sobre os moradores ilustres da cidade e revelou que, dos 27 titulados, 22 eram naturais da América. O grupo ainda era composto de 58 cavaleiros das Ordens Militares, embora somente 23 fossem americanos. Mas a nobreza limenha não se restringia aos titulados e cavaleiros; existiam igualmente os detentores de *mayorazgos* e demais vínculos. Na última categoria, o predomínio dos locais era ainda mais evidente, pois todos, exceto um, pertenciam às principais famílias do vice-reino. No total, o vice-rei do Peru mencionou a existência de 213 personagens ilustres, sendo que 121 nomeavam-se crioulos.

O contraste com o Brasil é muito revelador. Nas capitânicas do Estado do Brasil, os nobres titulados eram raridades. A alta nobreza fixava-se em terras brasílicas quando atuavam como governador ou vice-rei. Na tomada da Bahia, em 1624, e nas guerras de Pernambuco, muitos fidalgos e *hidalgos*, oriundos de Portugal, Castela e Nápoles, participaram ativamente dos combates, mas nenhum era residente em terras brasílicas. A sociabilidade cortesã não sobrevivia por muito tempo nos trópicos. Aliás, a alta nobreza titulada portuguesa retornava à terrinha assim que os mandados findassem, ou quando a Coroa assim lhe permitisse.

²⁸ MOLINA PUCHE, S. *Familia, poder y territorio: las elites locales del corregimiento de Chinchilla-Villena en el siglo XVII*. Tese de Doutorado. Universidad de Murcia, Murcia, 2005, p. 90-91.

Vivia no Estado do Brasil um número expressivo de cavaleiros das Ordens Militares e fidalgos com matrícula na Casa Real. Entre 1641 e 1683, prestigiaram-se os residentes em Pernambuco e na Bahia com 163 e 160 mercês de hábitos respectivamente. Diferentemente da América espanhola, a monarquia portuguesa negava aos súditos ultramarinos os títulos máximos da nobiliarquia (duque, marquês, conde, visconde e barão), mas distribuía com certa fartura os títulos de cavaleiro das Ordens Militares, enquadrados na média e baixa nobreza.

A grande soma de cavaleiros acima mencionada não devia existir em todo o período colonial, mas somente na conjuntura pós-guerra de restauração de Pernambuco, quando a monarquia concedeu, fartamente, mercês aos vassallos do Brasil, o que leva a acreditar que nenhuma outra conjuntura originou a concessão de tantas benesses por parte da Coroa. Ao comparar as políticas de mercês portuguesa e espanhola, vê-se que a primeira investia na remuneração com títulos de baixa ou média nobreza, enquanto a castelhana os distribuía de forma mais equilibrada e permitia a inclusão dos moradores do ultramar entre os titulados do reino.

Em relação ao patrimônio dos nobres radicados no Brasil, pouco se sabe. Não raro, os fidalgos e cavaleiros das Ordens Militares eram, em grande parte, militares e proprietários de terras e engenhos. Voltando à sociedade de Lima, segundo as estimativas de Caracciolo acerca de fortuna ou condição material, sabe-se que dos 27 nobres, doze agrupavam-se entre os pobres ou muito pobres, e outros tantos, entre os ricos. Com esses números, conclui-se que riqueza e nobreza não se confundiam, permitindo às famílias tradicionais decadentes a manutenção da honra de Castela. A sociedade limenha funcionava como estamento até então imune ao poder político imposto pelo capital. Lá nobreza não era necessariamente sinônimo de vasto patrimônio.

Nas Américas, os conquistadores e seus descendentes ocupavam os postos cimeiros desde o século XVI. Detinham ainda as honras da monarquia, sobretudo os foros e hábitos, e atuavam como nobrezas do Novo Mundo. Aos poucos, principalmente nos grandes centros, tornou-se evidente a pressão exercida pelos comerciantes lusos e espanhóis sobre os postos da administração local monopolizada pela "nobreza da terra", ou seja, pelos antigos conquistadores e seus familiares.

No Setecentos, aqui e ali, evidenciam-se as alterações na composição social dos poderes locais. Tanto no Brasil como no Peru e na Nova Espanha, os poderes da antiga aristocracia recuaram quando se fortaleceram as atividades comerciais. Desde então, os mercadores hispânicos passaram a comprar títulos e cargos nos *cabildos*, enquanto os portugueses pleitearam, perante os poderes metropolitanos, o acesso aos postos das câmaras municipais, até então vetados aos homens de negócio.

No Brasil, notadamente nas capitanias de Pernambuco e Rio de Janeiro, os embates entre os produtores e os comerciantes de açúcar testemunham a crise da sociedade estamental. A antiga "nobreza da terra", estribada na conquista, cedeu espaço aos grandes mercadores que, aos poucos, assumiam ares nobiliárquicos. No Peru e na Nova Espanha, os

homens enriquecidos podiam comprar a sua nobreza por intermédio da aquisição de títulos de Castela. No Brasil, os militares e comerciantes, sobretudo nas Minas, alavancaram a sua posição social ao comprar ações das companhias de comércio criadas no tempo de Pombal. A venalidade se fez dos lados da América, embora a possibilidade de ingressar no segundo estado fosse mais recorrente entre os colonos hispânicos. De fato, nas últimas décadas do século XVIII, a riqueza e os méritos individuais, somados à linhagem, tornaram-se potentes quesitos para a ascensão à nobreza, fosse entre os luso-brasileiros, fosse entre os hispânicos.

Embora houvesse nítido contraste entre os nobres ultramarinos, entre os lusos e hispano-americanos, destaco seus limitados privilégios e isenções quando comparados aos metropolitanos. Mesmo que os títulos e honras não diferissem entre os reinos ibéricos, a nobiliarquia americana demonstrou ter muitas dificuldades para manter, pelas gerações, o controle sobre o patrimônio e as benesses concedidas pelos monarcas. Para a administração central dos impérios, fosse em Lisboa, fosse em Madri, as regalias inerentes à nobreza eram concebidas como ameaça à ordem colonial, atuavam como forças centrífugas e arriscavam corroer o poder do soberano em paragens tão remotas. O fortalecimento das elites locais podia significar aumento da autonomia e ameaça de cisões territoriais, como acontecera no passado medieval europeu.

No Novo Mundo, raramente a nobreza se pautava na tradição, eram nobres sem linhagem. Eram de fato plebeus que receberam a dádiva régia de se inserir no segundo estado. A mencionada fragilidade estava ainda mais evidente em terras brasílicas onde, para além da perenidade das famílias ricas, as elites eram, com muita frequência, mestiças, oriundas de casamentos entre índias, negras e os brancos colonizadores. De todo modo, a composição da nobreza ultramarina hispânica diferenciava-se da luso-brasileira. Os nobres radicados no Peru e na Nova Espanha seguiam mais os padrões nobiliárquicos castelhanos, enquanto os fidalgos e enobrecidos do Brasil nem sempre apresentavam as qualidades²⁹ exigidas em Lisboa.

Prática pouco ortodoxa para as monarquias, os monarcas portugueses concederam hábitos das Ordens Militares a chefes indígenas. Alguns eram notórios canibais. Alçados à baixa nobreza, entre 1571 e 1721, os soberanos remuneraram comprovadamente nove índios, pelos seus feitos militares nas capitânicas do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Ceará. As conjunturas belicistas justificavam a metamorfose de índios tupis em freis e cavaleiros, dispondo de foro especial na justiça e de outros privilégios.

No mundo hispânico, essa mercê não era concedida nessas condições, ou seja, mesmo quando chefes indígenas atuassem de forma notável no campo de batalha, jamais um cacique ingressou às Ordens Militares de Castela. Verificou-se, mais tarde, cem anos após as principais

²⁹ A palavra qualidade é empregada com bastante frequência na documentação analisada. Ela se refere a algumas características dos indivíduos e suas respectivas famílias. Vincula-se, portanto, à linhagem, ao sangue sem máculas, ao patrimônio material e aos cargos ocupados pelo indivíduo e pelos membros de sua família. Um homem de qualidade apresenta pais e avós cristãos-velhos, sem máculas religiosas, abastados e dispondo de títulos e cargos de prestígio nas milícias ou tropas pagas, na administração local ou na Igreja.

conquistas espanholas, que os descendentes mestiços das nobrezas asteca e inca receberam títulos de cavaleiros. Originavam-se da nobreza indígena local e dos principais conquistadores do século XVI.

No entanto, os tupis, sagrados cavaleiros não se inseriram nos quadros cimeiros da sociedade colonial. Eram cavaleiros das Ordens Militares, mas não ingressaram, como os demais moradores condecorados, nos postos honrosos da república. Verifiquei, portanto, que os cavaleiros luso-brasileiros e indígenas eram hierarquicamente distintos. Eles dispunham dos mesmos títulos, mas as honras não eram equivalentes. De fato, os “caciques nobres” dispunham de mais prestígio para defender seu povo, mas não enfrentavam, em pé de igualdade, os “principais da terra”. Sua honra de nobre era ainda mais combatida quando suas tropas se atrofiavam e seus soldados indígenas se bandeavam para tropas comandadas por luso-brasileiros. Quando os caciques viam definir suas tropas, sabiam que sua capacidade de negociar com a Coroa também minguava. Seus privilégios então se tornavam quimera.

Evidentemente, a existência de índios cavaleiros demonstra que o controle sobre o ultramar dependia dos moradores, sem distinguir os homens de qualidade dos plebeus, índios e mestiços. No tempo das guerras de Pernambuco, os governadores e militares de alta patente ainda recorreram aos soldados negros, fossem escravos, forros ou libertos. A monarquia portuguesa via-se, portanto, na contingência de valer-se dos não europeus para criar, consolidar e manter suas possessões. Aliados do monarca, muitos negros tiveram seus feitos reconhecidos e receberam mercês régias que potencialmente eram capazes de inseri-los na baixa nobreza. Embora, como índios, as condecorações não os confundiam com a “nobreza da terra”.

Em suma, o método comparativo permite abordagens muito inovadoras, mas pressupõe leituras e inserção em circuitos historiográficos radicados muito além das fronteiras nacionais. Aliás, devo agradecer ao currículo da graduação em História da Universidade Federal Fluminense que, durante anos, me obrigou a ministrar disciplinas na graduação e na pós-graduação em História do Brasil Colonial, História da América Colonial e História Moderna. Embora lamente esse rodízio infernal e as milhares de horas gastas no preparo de disciplinas, eu me beneficieei e pude incorporar, às minhas pesquisas, temáticas incomuns ao debate nacional.

Ronald Raminelli: É professor titular do Departamento de História da UFF, pesquisador IB do CNPq e Cientista do Nosso Estado – FAPERJ. Autor dos livros *Viagens Ultramarinas* (2008) e *Nobreza do Novo Mundo* (2015); editor da Tempo.